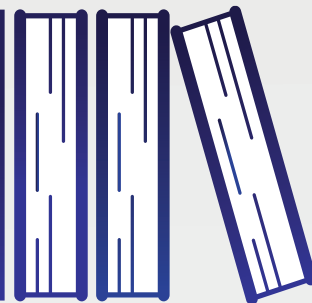


Habitus¹ e internalização: desafios advindos da formação policial militar no Pará

Jesiane Calderaro Costa Vale²



¹ *Habitus*, é uma noção conceitual formulada por Pierre Bourdieu (2011), que revela a força da estrutura social presente nas ações individuais e a tendência do sujeito em reproduzi-las, por terem se tornado práticas ou dispositivos socialmente constituídos e incorporados.

² Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará; Psicóloga, Mestre em Psicologia pela UFPA; Docente da Faculdade de Educação e Tecnologia do Pará; do Instituto de Ensino de Segurança do Pará e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia CNPq/UFPA e Tenente-Coronel R/R da PMPA.

jesianecalderaro@gmail.com

ORCID: 0009-0000-78146593

RESUMO

O presente artigo é parcialmente extraído da tese de doutorado da autora, cujo o título é “Da Academia da Polícia Militar ao IESP: A formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988-2014)”. Tem como objeto investigativo, o ingresso e a formação de oficiais da Polícia Militar do Pará, no decorrer do século XX, quando os candidatos eram oriundos do Exército Brasileiro e das Academias de instituições coirmãs, até ser criada no Pará, a Academia da Polícia Militar Coronel Fontoura, na última década do milênio. Apresenta-se fragmentos das reminiscências reveladas por participantes dessa formação, no tocante aos sentidos e significados que atribuíram as suas trajetórias profissionais, somando-se a análise de outras fontes documentais tais como: boletins institucionais, registros de instrução e jornais que fundamentaram a pesquisa.

Palavras-chave: Formação; Polícia Militar; Oficialidade; Pará.

ABSTRACT

This article is partially extracted from the author's doctoral thesis titled “From the Military Police Academy to IESP: The Training of Military Police Officers in Pará (1988-2014).” The objective is to present the admission and training of Military Police Officers in Pará during the 20th century, when candidates came from the Brazilian Army and sister police academies, until the establishment of the Coronel Fontoura Military Police Academy in Pará in the last decade of the millennium. Fragments of reminiscences revealed by participants in this training are briefly presented, highlighting the meanings they attributed to their careers in the Military Police, along with the analysis of documentary sources such as institutional bulletins, training records and newspapers.

Keywords: Training; Military Police; Officers; Pará.

RESUMEN

El artículo presentado es extraído parcialmente de la tesis doctoral de la autora, cuyo título es “De la Academia de la Policía Militar al IESP: La formación de los oficiales de la Policía Militar del Estado de Pará (1988-2014)”. Tiene como objetivo investigativo, presentar el ingreso y la formación de oficiales de Policía Militar de Pará, en el durante del siglo XX, cuando los candidatos eran provenientes del Ejército Brasileiro y de las

Academias de instituciones policiales brasileiras, hasta ser creada en el Estado de Pará, em Academia de la Policía Militar coronel Fontoura, en la última década del milenio. Le presenta resumidamente, fragmentos de los recuerdos revelados por los participantes de esa formación, en lo atinente a los sentidos y significados que atribuyeron a sus trayectorias en la carrera policial militar, sumando al análisis de otras fuentes documentales, tales como: boletines institucionales, registros de instrucción, fotografías y periódicos que fundamentaron a la pesquisa.

Palabras Clave: Formación; Policía Militar; Oficialidad; Pará.

1 INTRODUÇÃO

O tempo histórico sofreu uma acelerada nestes últimos 30 anos. No Brasil e no mundo, as mudanças são profundas e estão à vista de todos. Há 30 anos as pessoas não se correspondiam por e-mail, whatsapp ou facebook. Elas simplesmente conversavam sem a intermediação de aparelhos eletrônicos. Telefones fixos (não havia celulares) eram um luxo [...]. A economia e a sociedade eram diferentes, as mulheres e as famílias eram diferentes, a música e o jornalismo eram diferentes, a luta pela cidadania era diferente, diferentes eram até o esporte e a língua falada e escrita (Pinsky, 2017, p. 9-11).

Neste artigo se apresenta registros de uma investigação com um pouco mais de três décadas, como mencionado na epígrafe. São dados parcialmente extraídos da tese de doutorado desta autora, cujo o título é “Da Academia da Polícia Militar ao IESP: A formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988-2014)”. Trata-se de uma pesquisa histórica inédita, na qual o objeto investigativo consiste no percurso de formação do oficialato da PMPA, quando os oficiais da PMPA ainda eram oriundos do Exército Brasileiro e das Academias de instituições policiais coirmãs, até o nascimento da Academia da Polícia Militar Coronel Fontoura no Pará. Assim, o diferencial mais relevante e inovador apresentado na mencionada tese, surgiu no encontro da autora com 36 sujeitos da pesquisa, que participaram da/na formação policial militar, na condição de alunos oficiais (cadetes) ou como instrutores ou comandantes, a quem foi oportunizado perquirir suas memórias como um fio condutor na costura de toda a narrativa, somando-se a outras fontes documentais, tais como: boletins institucionais, livros memoriais, livro de registro de instrução, jornais, entre outros, que consubstanciaram a pesquisa (Vale, 2018).

Então, neste texto, são apresentados resumidamente, alguns fragmentos ou trechos das reminiscências reveladas por alguns dos interlocutores no doutoramento, suas narrativas e memórias, nos sentidos e significados que atribuíram às suas trajetórias na carreira policial militar, nas rememorações das situações vivenciadas ou em qualquer outro aspecto que pudesse ser revelado por meio de suas entrevistas e dos elementos que se tornaram característicos à vida policial militar, recordações por vezes permeadas de memória afetiva, pelo que viveram e experimentaram na Instituição PMPA.

2 QUEM ERAM OS ANTIGOS POLICIAIS MILITARES? HAVIA FORMAÇÃO?

[...] Homens simples desta terra, chamados pela vocação de servir à coletividade e ao bem comum, representaram ao longo das gerações o ideal pelo qual muitos viveram e muitos morreram. Formaram as tropas de segunda linha, das ordenanças e as milícias, os nossos mais remotos ancestrais, integrados pelos colonos, pelos vaqueiros, pelos pescadores, pelos agricultores, que se adestravam nos fins de semanas e nas épocas das entressafras, quando trocavam o arado, o laço, a tarrafa, o pilão e o aconchego de suas famílias pelo fuzil e pelas maneabilidades da instrução de guerra. Eles foram as sentinelas dos que seguiam as terras recém-abertas e abriram clareiras para surgir as primeiras povoações. Ao sol escaldante das grandes estiagens ou nas duras invernias, fustigados pelas chuvas e pelo vento, escreveram uma página impecável nos primórdios na história do Pará (Machado, 2012, p. 340-341).

³ Fragmentos da entrevista com o Coronel Francisco Ribeiro Machado concedida a esta pesquisadora em 20/11/2014. Era o decano na PMPA quando me concedeu sua entrevista para a Tese. Ele ingressou na Instituição em 1953, como Soldado, galgou graduações e postos, chegando a exercer o cargo de Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará, de 21/04/1983 a 20/03/1987. Chefiou a Casa Militar por oito anos, em três governos distintos, nos governos de Aloísio Chaves (1975-1978), Clóvis Moraes Rêgo (1978-1979) e Alacid Nunes (1979-1983), tendo sido o maior tempo registrado na história da Casa Militar.

⁴ “Forças auxiliares” pressupõem as que prestam auxílio mútuo, que assistem, que ajudam independentemente de um prévio processo de mobilização ou ação convocatória.

⁵ No sentido etimológico, “reserva” significa aquilo que se guarda ou reserva para uso futuro em situações ou circunstâncias imprevistas. No sentido utilitário, reserva pode ser entendida como força viva, atuante, contando com organização e preparo semelhantes que podem ser utilizados para o emprego conjunto, integrado à força principal.

⁶ Fragmentos da entrevista com o coronel Francisco Ribeiro Machado (2014).

⁷ Idem, entrevista com Francisco R. Machado.

A compreensão de Francisco Machado³ acerca dos policiais, na transição do século XIX e início do século XX, tal como discorre na citação, denota a origem tosca dos homens que compunham a instituição, visto que, se por um lado eram homens incultos e sem perfil apropriado, por outro, não havia a seleção adequada, tampouco formação, logo, o ingresso de interessados aos cargos públicos tinha um caráter eminentemente subjetivo, possibilitando as mais diversas formas de admissão de pessoas não qualificadas para as atividades e funções institucionais.

Adentrando algumas décadas do século XX, nota-se que o Exército Brasileiro (EB) influenciava sobremaneira as formas de admissão nas Polícias Militares, em virtude da relação de subordinação das PMs como Forças auxiliares⁴ e reservas⁵ estabelecida na Lei nº. 192/1936 (Brasil, 1936), assinada pelo Presidente da República Getúlio Vargas.

Nesse sentido, o entrevistado Francisco Machado, recorda-se que na década de 1950, quando de sua admissão na PMPA, o ingresso de candidatos oriundos das Forças Armadas, sobretudo no Exército, era realizado com pouquíssima exigência ou quase sem ‘burocracia’:

[...] Naquele tempo para entrar na Polícia bastava ter atestado de boa conduta [...]. Eu tinha boa conduta, tinha recém-saído do 25º Batalhão de Caçadores de Teresina (Exército) e isso me ajudava [...]. Só sei que aproximadamente 24 horas depois, eu já estava ingressando na Polícia Militar do Pará.⁶

A narrativa de Machado sobre sua admissão na PMPA exemplifica o processo de modo tão simplificado com o qual ele e alguns outros indivíduos adentravam às fileiras da Corporação:

Era um tempo em que a PM tinha carência de pessoal, não só de oficiais, como também de graduados, de sargento [...]. A gente ganhava pouco, por isso, algumas coisas eram permitidas, por exemplo, a gente trabalhava só um expediente, e ainda era possível continuar os estudos.⁷

Sob essa perspectiva, compreende-se em seu relato, que o efetivo da Polícia Militar para o pronto emprego desde muito tempo era escasso, deixando a Instituição frequentemente aquém no número de policiais necessários e que a facilitação adotada para o ingresso de candidatos, ensejava aproveitá-los para sanar a costumeira insuficiência do efetivo policial para o atendimento das complexas demandas locais e regionais.

3 O PRIMEIRO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS NO PARÁ (1939)

As fontes documentais registram que em 1939, constatou-se que a maioria dos oficiais existentes na PM, estava envelhecendo e seguiriam para a reserva (aposentadoria) compulsoriamente, e que se fazia necessária a renovação do quadro de oficiais, tendo em vista que os Subtenentes e Sargentos existentes na Força Policial somente teriam acesso aos postos superiores, caso possuísem qualificação compatível com o cargo.

Constatou-se também que não existia nenhum curso na PM que garantisse a esses policiais a promoção aos primeiros postos do oficial-

lato e que ainda haveria vagas a serem preenchidas, a PM tomou a iniciativa de diminuir a carência de oficiais na Instituição com a realização de um curso compatível, para a ascensão ao oficialato.

Assim, o interventor Federal no Estado do Pará, Dr. José Carneiro da Gama Malcher, assinou o Decreto-lei nº. 3.257, de 24 de abril de 1939, por meio do qual ficou instituído o Curso de Formação de Oficiais, que teria a duração de dois anos. Tem-se daí, no comando do Coronel César Rômulo da Silveira Júnior⁸ pelo mencionado Decreto, assinado conjuntamente pelo Dr. Deodoro de Mendonça, Secretário Geral, o registro embrionário da implantação do primeiro Curso de Formação de Oficiais da PMPA (Machado, 2012, p. 210).

Desse modo, a primeira turma de concluintes do Curso de Formação de Oficiais - CFO 1939/40, teve como paraninfo o General de Exército Edgar Facó e recebeu a denominação de 'Turma General Brasília Taborda', à época, General de Divisão, Comandante da 8ª Região Militar do Exército no Pará, função que acumulou com o comando da 8ª Divisão de Infantaria do EB.

A primeira turma de concluintes esteve assim composta: 2º SGT Jurandir Torres de Lima, 2º SGT Manuel Maurício Ferreira, SUB TEN Artur de Sousa Vieira, 3º SGT Mário Barriga Guimarães, SUB TEN Reinaldo Salgado de Oliveira, Sargento-Ajudante Ricardo Penna Jorge de Almeida, 1º SGT Ademir de Souza Figueiredo, 3º SGT Orlando de Almeida Viana e 3º SGT Waldemar Pereira dos Santos. Os formandos foram declarados 'Aspirantes a oficial PM' por meio do Decreto nº. 3.611, de 19 de dezembro de 1940. E para dar visibilidade à Sociedade Paraense, a cerimônia de formatura daquele 1º Curso de Formação de Oficiais aconteceu na Praça da República, na avenida Presidente Vargas, em frente ao Teatro da Paz, em Belém-Pará (Vale, 2018).

Em 1940, ano da formatura do 1º CFO, a avenida Presidente Vargas onde fica o Teatro da Paz, destacava-se por sua localização como uma importante via pública da cidade, tornando-se o principal corredor econômico do centro comercial, por onde transcorria a vida social da cidade, permitindo o acesso ao porto, às Estradas de Nazaré e do Utinga, que, por sua vez, davam acesso à estação da Estrada de Ferro Belém-Bragança, e onde estavam instalados os principais escritórios de grandes Companhias de Navegação, as Casas comerciais mais requintadas, o complexo formado pelo Grande Hotel, o Cinema Olympia, o Bar do Parque e o Teatro da Paz (Penteado, 1968). Por conta disso, compreendo ser aquele espaço o lugar mais estratégico de visibilidade para os novos oficiais da Corporação serem apresentados à Sociedade Paraense.

O mencionado Curso de Formação permaneceu funcionando normalmente até a II Guerra Mundial, ocasião na qual, os oficiais a serem admitidos na PM passaram a realizar a formação para o oficialato no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), do Exército Brasileiro, que havia sido criado alguns anos antes, em 1933.

⁸ Capitão de Infantaria do Exército, que foi comissionado ao posto de coronel e nomeado Comandante-Geral da PMPA, em 09 de janeiro de 1939 e exonerado em 14 de janeiro de 1942.

Embora os anos passassem, a carência de recursos humanos continuava expressiva. Era tão notória a escassez que em 1964, o efetivo da PMPA perfazia o total de 998 homens, distribuídos em 929 praças e 69 oficiais, ou seja, o oficialato naquela década, mingudadamente correspondia a apenas 7% do efetivo.

4 ADMISSÃO E FORMAÇÃO DOS OFICIAIS R2

Assim, durante as décadas de 1950 e 1960, os candidatos eram provenientes do CPOR. Já nas décadas de 1970 e 1980, a admissão passou a ser predominante via Núcleos de Preparação dos Oficiais da Reserva (NPOR), sendo identificados no acervo da PMPA, o quantitativo de 90 oficiais R2 admitidos nessas quatro décadas. Sobre isso discorre Machado em 2014 na entrevista concedida à autora:

Tendo em vista o grande quantitativo de jovens do CPOR ou NPOR que seriam dispensados após o serviço militar obrigatório e ficariam na reserva não remunerada, vislumbrou-se o aproveitamento desse contingente de jovens já com experiência no militarismo, para o ingresso nas Polícias Militares.

Destaca-se que a admissão dos militares nas fileiras da PM dispensados pelo Exército, era uma estratégia muito oportuna, diante das necessidades crescentes de prestação de serviços à população, somando-se ao fato de que à época, ainda não havia Academia de Polícia Militar no Pará e que o número de vagas disponibilizadas pelas outras unidades de ensino da federação era sempre irrisório, não suprimindo a vacância existente de oficiais. Nesse sentido, a Corporação compreendeu que o Decreto Federal nº. 667, de 2 de julho de 1969, chegava no momento certo, posto que autorizava às Polícias Militares estaduais a receberem em seus quadros os oficiais R2, ou seja, aqueles candidatos à PM estariam devidamente adaptados ao ‘espírito militar’ e, por conseguinte, à vida da caserna:

Art. 9º [...] Parágrafo único.

Poderão também, ingressar nos quadros de oficiais das Polícias Militares, se convier a estas, Tenentes da Reserva de 2ª Classe das Forças Armadas com autorização do Ministério correspondente. (Brasil, 1969).

Assim, ao longo dos anos, diversos oficiais R2 ingressaram na PMPA como prerrogativa desse Decreto. Entretanto, em 1987, obtém-se um registro específico, que marca o ingresso da última turma desses oficiais na PMPA. Era uma turma de 35 oficiais provenientes exclusivamente do quadro de infantaria do Exército, de diferentes anos de formação, que ao ingressarem na PMPA, compunham uma turma compacta de oficiais R2, admitidos sem que realizassem o curso de formação em Academia Policial Militar propriamente dita, sendo todos os componentes, admitidos na PMPA numa única data: 23 de julho de 1987. São eles:

1. Anthenor Nascimento de Oliveira, 2. Augusto Roberto de Castro Simões, 3. Antônio Wanderley de Lima Sena, 4. Antônio Carlos de Brito Azevedo, 5. Antônio Augusto Gomes Dourado, 6. Alcebíades Flávio de Moraes Maroja, 7. Antônio Carlos Pessoa de Lima, 8. Carlos Augusto Oliveira da Silva, 9. Carlos Eduardo Barbosa da Silva, 10. Carlos Marcelo Lagoa de Souza, 11. Eder Ribeiro da Silva, 12. Edvaldo Pedro Queiroz de Azevedo, 13. Gilmar Conceição Marques, 14. Hermann Duarte Ribeiro, 15. Ivan Gouveia do Carmo, 16. José Lênio Ferreira Duarte, 17. Jorge Luiz Romeiro de Aguiar, 18. João Francisco Garcia Reis, 19. Jorge Nazaré Araújo dos Santos, 20. José Roberto Pereira Damasceno, 21. José Antônio Nery Porto de Oliveira, 22. Lázaro Saraiva de Brito Junior, 23. Luiz Fernando do Valle Guimarães Pingarilho, 24. Marcos Andrade Machado, 25. Mário Alfredo Souza Solano, 26. Paulo Roberto da Silva, 27. Paulo Sérgio Figueiredo Pinto, 28. Raimundo de Brito e Silva Filho, 29. Raimundo de Oliveira Pantoja Junior, 30. Raimundo Aquino de Souza Dias, 31. Ronaldo Antônio Cordeiro de Araújo, 32. Sadala Nagib Salame Filho, 33. Sérgio Leitão da Conceição, 34. Washington Luiz de Azevedo e 35. Walber Volgrand Menezes Marques (DOE nº. 26.028).

No caso específico da turma de oficiais de 1987, encontra-se nas fontes pesquisadas, a referência de que os alunos foram admitidos por aprovação em concurso público para a PMPA. Entretanto, em parte dos registros atinentes ao ingresso de outros oficiais R2, também se encontra a admissão realizada apenas por uma seleção abreviada, na qual, o candidato apresentava tão somente uma espécie de “carta de recomendação” do seu comandante imediato no Exército Brasileiro, atestando informações acerca de seu desempenho naquela unidade militar, e isso já o habilitava ao ingresso.

Destaco que os oficiais R2, até 1987, ao serem admitidos na Corporação PM, não realizavam o curso de formação, e sim, de “adaptação”. Tratava-se do curso de adaptação sobre técnicas de atuação policial militar, com duração de três meses. Este se focava especificamente na preparação para a atuação policial, assunto relacionado à segurança pública, a qual exigiria desenvoltura técnica e operacional para a atuação nas missões policiais.

Em geral, o curso era realizado em quartéis ou nas dependências do antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças Coronel PM Carlos Alberto Moreira (CFAP), a unidade escolar mais antiga da PMPA, criado oficialmente em 1973, localizado na Ilha de Carateua, no Distrito de Outeiro, distante 18 km do centro de Belém.

Interessante também, é considerar que no tocante ao *habitus*⁹, pela internalização da condição militar, os oficiais R2 já detinham conhecimentos e experiência suficientes como oriundos do Exército Brasileiro (NPOR/CPOR) e, inclusive, por esse feito, ingressavam na condição de “Aspirantes-a-Oficial”¹⁰ e que após o período probatório de seis meses, eram promovidos ao posto de 2º Tenente e designados, para a função fim, nas unidades operacionais.

5 CURSO DE FORMAÇÃO NAS UNIDADES COIRMÃS

Nas décadas subsequentes, a partir da Constituição de 1988, quando os concursos começaram a ser efetivados em âmbito nacional, os certames tornaram-se mais criteriosos, passando a requerer do candidato, uma vasta documentação comprobatória sobre os antecedentes criminais, em âmbito estadual, federal e de Justiça Militar, bem como atestado de honrabilidade, inclusive com investigação social sobre a vida do candidato.

Além da admissão de oficiais provenientes do Exército, a PMPA também passou a realizar processos seletivos para preencher seus quadros, dando oportunidade ao ingresso de jovens candidatos inteiramente civis que desejavam seguir carreira de oficial policial militar. Neste caso, as vagas eram ofertadas nos cursos de Formação de Oficiais em outros estados da federação, visto que ainda não havia Academia de Polícia Militar no Pará.

O percurso dos candidatos civis interessados no CFO diferia significativamente dos oficiais R2, por exemplo: o tempo dedicado ao curso, a carga horária, a forma de tratamento, o tempo para promoção etc.

⁹ O *habitus* permite visualizarmos o sujeito na dimensão de quem internaliza as consequências das práticas sociais, de quem as reproduz, as exterioriza corporalmente por meio do modo de gesticular, olhar, falar e andar dos agentes sociais, sendo todas essas instâncias indissociadas / integradas, (Bourdieu, 2011).

¹⁰ Em situação de formação nos cursos regulares, quando o cadete conclui com aproveitamento o último ano letivo do Curso de Formação de Oficiais, é declarado Aspirante-a-Oficial. No caso dos militares R2, ou seja, provenientes do CPOR/NPOR do Exército Brasileiro, foi lhes concedida a prerrogativa na forma do Decreto nº. 667/69, aplicando-se uma condição diferenciada, em virtude do tempo e dos conhecimentos que adquiriram no exercício das funções do Exército, não sendo esses considerados cadetes.

Além disso, os oficiais R2 ingressavam na Instituição já como Aspirantes a Oficiais, enquanto que os alunos civis admitidos na escola de formação eram denominados "Cadetes", e seriam promovidos a "Aspirantes" somente depois de completados três anos de realização do Curso de Formação e da formatura. Desse modo, os cursos de formação de oficiais das PMs no Brasil, no geral, usufruíam do reconhecimento de graduação superior, ou seja, nível de 3º grau, servindo, entretanto, especificamente para atuação da área da segurança pública, com duração de três anos, tempo no qual, as aulas e disciplinas recebem a denominação de "instrução", "treinamento" ou "adestramento", diferenciando-se do mundo civil.

A instrução é a atividade desenvolvida com a finalidade de manter e desenvolver o preparo individual do policial militar e para adestrar as unidades operacionais para o cumprimento de suas missões específicas. Logo, a instrução é um instrumento de interação, aglutinação, coesão e revitalização da Corporação (Dias, 2002).

Durante as décadas de 1960/70/80 até meados da década de 1990, inúmeros jovens optaram pela carreira de policial militar no Pará. O candidato civil interessado pelo oficialato, realizava o processo seletivo em Belém (PA) e, quando aprovado, era designado para o curso de formação em alguma Academia da Polícia Militar (coirmã), nos estados das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, em conformidade com a liberação de vagas e coordenação da Inspetoria Geral das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (IGPM).

Naquela época, os estados que dispunham de academias consolidadas eram: São Paulo (Academia de Polícia Militar do Barro Branco); Rio Grande do Sul (Academia de Polícia Militar Coronel Hélio Moro Mariante); Rio de Janeiro (Academia de Polícia Militar Dom João VI); Minas Gerais (Academia de Polícia Militar de Minas Gerais); Bahia (Academia de Polícia Militar da Bahia); Pernambuco (Academia de Polícia Militar de Paudalho); Ceará (Academia de Polícia Militar General Edgard Facó); Goiás (Academia de Polícia Militar de Goiás) e Distrito Federal (Academia de Polícia Militar do Distrito Federal), como se pode compreender observando a Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de Cursos de Formação de Oficiais realizados em Unidades Coirmãs.

CFO	1960	1970	1980	1990
PE	1	13	17	9
CE	–	15	4	13
BA	2	23	7	3
RJ	2	18	7	2
MG	–	4	31	–
SP	–	–	2	–
GO	–	8	2	2
DF	–	3	7	–
SC	1	14	–	–
RS	–	–	1	–
Sub-Total	6	98	78	29
Total	211			

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos registros da Diretoria de Pessoal da PMPA.

Com base nos dados quantitativos da Tabela 1, nas décadas de 1960 a 1990, tem-se o total de 211 candidatos aprovados para as unidades escolares coirmãs. Tornava-se notório o grande interesse dos jovens civis candidatos à carreira de policial militar. E por conta disso, a definição de qual localidade, dentre as unidades federativas o cadete iria cursar, não era uma decisão do

candidato. Ficava a cargo da IGPM, que distribuía as vagas conforme a solicitação das corporações ou por critérios próprios.

No final dos anos 1980, os jornais registravam que os cursos da PM se tornaram de elevada concorrência, e o CFO estaria equiparado aos outros cursos no nível de terceiro grau. Assim, a PMPA deixou de elaborar as provas de seus concursos e firmou convênio com a Universidade do Estado do Pará (UEPA), o Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (CESEP) e, posteriormente, com a União de Ensino Superior do Pará (UNESPA). Além da prova intelectual, os certames registravam mais três etapas seletivas: avaliação de saúde, teste de aptidão física e avaliação psicotécnica, também de caráter eliminatório e que permaneceriam sendo realizadas por profissionais da própria Corporação.

Ainda como parte do concurso, no ato de sua inscrição o candidato deveria assinalar qual sua opção quanto à futura atuação operacional: se no quadro da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, visto que até a década de 1990 as duas corporações compunham uma única instituição¹¹ e o curso era realizado na modalidade integrada, com a denominação PM/BM. Porém, por haver especificidades nas formas de atuação, (policia militar e bombeiro militar) as disciplinas específicas de cada profissão eram ministradas em turmas separadas. Somente em 1992, o Corpo de Bombeiros Militar, já emancipado da PMPA, criou a sua própria escola de oficiais, denominada de Escola de Formação de Oficiais Intendente Antônio Lemos (EFO) (Menezes, 2007).

Assim, a formação dos cadetes nas unidades acadêmicas coirmãs era significativamente diferenciada, porque recebia cadetes de vários estados, o que deixava o internato bastante eclético culturalmente, e os cadetes se reconheciam como “irmãos de farda” em todos os cantos da nação brasileira. Contudo, conjecturava-se que havia peculiaridades do cenário e aspectos da regionalidade amazônica que os cursos de formação das coirmãs das regiões (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), não contemplavam, ensejando a necessidade da criação de uma unidade de ensino prioritariamente regional para a oficialidade no Pará.

5.1 A FORMAÇÃO DE MULHERES POLICIAIS E A INSTALAÇÃO DO CEPOM

Paralelamente ao CFO nas instituições coirmãs, encontra-se nas fontes pesquisadas, que no ano de 1982, na gestão do Governador Alacid Nunes, e do Comandante-Geral da PMPA Coronel Artagnan de Amorim Sobrinho, deu-se o ingresso do primeiro grupo de mulheres na Instituição, denominado de “Pelotão Feminino”¹².

O curso foi composto de modo *sui generis*, sendo as integrantes, três alunas oficiais que tinham diploma de nível superior; quatro alunas sargentos de nível médio (o antigo 2º grau); e 47 alunas soldados, com escolaridade de nível fundamental (o antigo 1º grau). Não havia curso para a graduação de Cabos. Todas elas ingressaram no mesmo pelotão policial militar feminino. Porém, o critério de classifica-

¹¹ Como uma única instituição, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros tiveram um único comando, com atividades não definidas e até superpostas. Em julho de 1974, o Decreto nº. 4.521/74 estabeleceu duas naturezas para a atividade-fim de ambas as instituições e criou os quadros específicos de Oficiais e Praças e de Bombeiros. Por meio do Decreto nº. 6781, de 19 de abril de 1990, o então governador Hélio Gueiros determinou a desvinculação entre o Corpo de Bombeiros e a PM; logo depois, no dia 21/04/1990 foi realizada a cerimônia de desincorporação.

¹² Decreto Estadual nº. 2.030 de 15/12/1981. Ingresso do pelotão feminino em 1º de fevereiro de 1982.

ção que as diferenciava hierarquicamente como soldados, sargentos e oficiais era tão somente a escolaridade (Leite, 2013).

No tocante às três oficiais alunas: Izanete Carvalho de Lima, era graduada em Serviço Social; Filomena de Almeida Buarque e Ellen Margareth Rocha eram graduadas em Direito. Seleccionadas por terem diploma universitário, as três foram designadas à Academia da Polícia Militar do Barro Branco, em São Paulo, para a realização de um "estágio", equivalente ao "Curso de Adaptação a Oficial" Policial Militar, com duração de três meses. Assim, estava montado o primeiro pelotão feminino da PMPA, composto de tenentes, sargentos e soldados.

Em 1988, já na gestão do Coronel Ailton Guimarães, constam os registros da inserção de três Aspirantes-a-Oficiais: Maria do Carmo Silva de Souza, Telma Susi Moreira da Costa e Ruth Léa Costa Guimarães, que realizaram a formação na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, com duração de três anos. E após retornarem ao Pará, assumiram as atividades correspondentes à liderança do efetivo feminino.

Ainda na gestão do Coronel Ailton Guimarães, consta a instalação do Centro de Estudos Policiais Militares (CEPOM), cujo objetivo era habilitar as praças ao oficialato, muito semelhante ao curso realizado em 1939, descrito acima neste artigo. O CEPOM, como um novo centro formador, parecia ser uma interessante iniciativa que ratificava o desejo de implantação da Academia Policial Militar¹³.

Ao chegar aos anos 1990, reportando-me à Tabela 1, acerca do "Curso de Oficiais em Unidades Coirmãs", observa-se o declínio do interesse institucional no envio de candidatos às outras academias. As variáveis apontadas eram os elevados gastos financeiros no custeio das diárias dos cadetes paraenses, o não alcance dos aspectos regionais na formação e uma menor motivação do candidato paraense em realizar o curso em outro estado. Em virtude disso, o quadro de oficiais ainda estava deficitário, visto que as vagas disponibilizadas em outros estados da federação eram ínfimas. O alto escalão da Corporação reuniu-se com o então governador Hélio Gueiros para deliberação quanto à necessidade de criação da Academia para a formação de oficiais no próprio estado.

Assim, em 1990, houve a realização do "*1º Encontro dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares da Amazônia*", realizado na Cidade de Manaus, onde foi deliberada a instalação da Academia de Polícia Militar da Amazônia para o ano seguinte, com sede no Pará¹⁴. Decorridos alguns dias do mencionado evento, foi publicado o primeiro edital de seleção para o Curso de Formação de Oficial, conforme o acordo firmado junto à Inspeção Geral das PMs, cujo objetivo era de cobrir a deficiência existente no quantitativo de oficiais na região amazônica. Por conta disso, um dos desafios impostos àquela unidade acadêmica recém-criada era de que seus alunos fossem bem preparados e obtivessem conhecimentos da diversidade natural, humana e cultural peculiares do contexto amazônico e, sobretudo, que fossem despertados para as intervenções necessárias.

¹³ Informações coletadas na entrevista com o Coronel João Paulo Vieira da Silva, o primeiro comandante da APM Cel Fontoura (1990/1992) e Comandante-Geral da PMPA no período de 1º de janeiro de 2003/2006.

¹⁴ Sobre o "1º Encontro de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares". (Jornal Diário do Pará, Caderno B, em 23 dez.1990, p. 7).

E, já naquele primeiro edital, a Academia de Polícia Militar abriu as portas para os candidatos das instituições dos Estados da Amazônia Legal e englobou a totalidade dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão, além de Mato Grosso do Sul e Piauí, que possuem confluências de desenvolvimento no mesmo âmbito.

Ao nascer, a Academia de Polícia Militar (APM) recebeu a denominação de "Coronel Fontoura", como homenagem a Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, estabelecido como Patrono¹⁵ da Polícia Militar paraense, pelos serviços prestados por ocasião da Guerra de Canudos (Moraes Rego, 1981). E, a partir da criação, a APM tornou-se um referencial de formação de oficiais para a Amazônia, e para o Estado do Pará, cujo objetivo era priorizar a regionalização da formação de oficiais, de modo a atender aos interesses da própria região Amazônica.

6 SURTIU O “BERÇO DE COMANDANTES E LÍDERES”

Academia de Fontoura tu és berço,
Onde nascem valorosos Oficiais,
Que à PM com orgulho servirão,
Mantendo suas tradições e ideais.¹⁶

No ato inaugural da Academia de Polícia Militar “Coronel Fontoura”,¹⁷ foi-lhe conferido o *slogan* “Berço de comandantes e líderes”, pelo seu primeiro comandante, o Tenente Coronel PM João Paulo Vieira da Silva¹⁸, estando presente naquele momento solene, o então Governador do Estado do Pará, Hélio da Mota Gueiros.

Posto isso, as mudanças havidas para a formação da oficialidade foram propaladas a todo canto da Amazônia: seria em nível de 3º grau; as disciplinas teriam carga horária equivalente aos outros cursos de graduação, os professores seriam titulados e os candidatos deveriam ser submetidos ao exame semelhante ao vestibular.

6.1 A PRIMEIRA TURMA DO CURSO INTENSIVO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

Naquela primeira turma do Curso Intensivo de Formação de Oficiais (CIFO) foram admitidos exclusivamente oficiais do sexo masculino e todos provenientes do NPOR ou do CPOR, aprovados e classificados no concurso público promovido pela PMPA.

Àquela altura, a finalidade prioritária era de formar futuros oficiais para a Amazônia legal e, de pronto, foi publicado no jornal institucional um caderno especial cuja matéria trazia um título em letras garrafais, conferindo à unidade de ensino recentemente criada, o ‘pretensioso’ reconhecimento de ser a: “A Universidade de Segurança Pública da Amazônia”.

Por ser composta exclusivamente de oficiais R2, a primeira turma a adentrar na Academia “Cel Fontoura” obteve a prerrogativa de receber tratamento diferenciado pelo Decreto nº. 071/91, no qual ficou estabelecido que aqueles oficiais R2 seriam admitidos no Quadro de

¹⁵ Decreto nº. 3.574, de 25 de setembro de 1940.

¹⁶ Estribilho da Canção da APM Coronel Fontoura. Composição do Coronel PM João Paulo Vieira da Silva e do Capitão PM Severino Fantin.

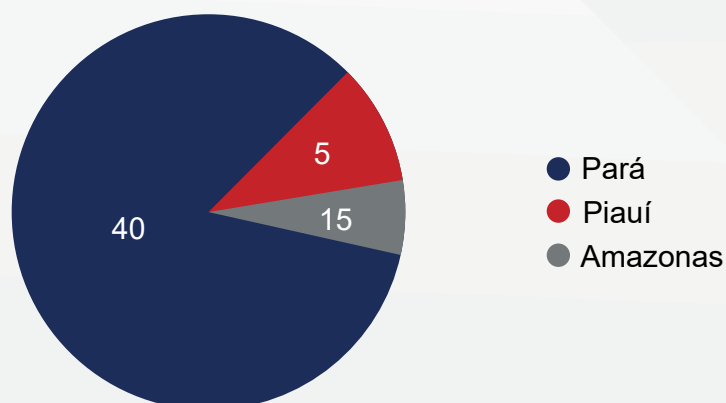
¹⁷ Embora a Academia “Coronel Fontoura” tenha sido criada em 21 de abril de 1990, a sua implantação efetiva ocorreu somente em fevereiro de 1991, quando iniciou o primeiro Curso Intensivo de Formação de Oficiais (CIFO) na PMPA.

¹⁸ João Paulo Vieira da Silva foi designado comandante daquela Unidade Escola, ainda no posto de Tenente Coronel, logo após ter retornado do Chile, onde concluiu o Curso Superior de Polícia, no Instituto de Ciências Policiais de Carabineiros do Chile que equivalia ao mestrado em educação no Brasil e cuja a ênfase era em técnica e administração de ensino e tinha defendido sua dissertação intitulada: ‘la optimizacion del esfuerzo de legalidad para maximizar la seguridad de transito em Brasil’.

Oficiais Policiais Militares da PMPA (Combatentes), como Aspirantes-a-Oficial. Portanto, ainda no processo de formação, estariam em condição *sui generis*, pois não seriam considerados propriamente ‘cadetes’, devido ao posto de oficial da reserva originário das Forças Armadas que detinham, porque pesava-lhes o fato de já terem vivenciado no Exército, não somente a condição de aluno, como também alcançado promoções, postos e funções de oficiais. Assim sendo, realizariam o curso para fins de estágio probatório, como ‘Aspirantes-a-Oficial’ e quando concluíssem o estágio seriam promovidos imediatamente ao posto de 2º Tenente.

Como aqueles Aspirantes-a-Oficial já não eram mais neófitos, inexperientes no tocante à vida militar, o curso de formação foi planejado de modo diferenciado, tendo inclusive a duração de dezoito meses, em regime intensivo, apenas para a internalização do aprendizado técnico e tático da operacionalidade policial militar. Logo, alguns conteúdos das instruções e práticas que costumeiramente eram executadas nos cursos regulares de outras academias no Brasil, dado a exiguidade do tempo, foram suprimidos. O curso reuniu conhecimentos de infantaria do Exército Brasileiro, diversos conteúdos sobre a atividade militar de combate em terra, relações interpessoais, além de disciplinas que agregavam conteúdo operacional policial militar e de cunho jurídico, social e humanístico, com carga horária ajustada, vislumbrando formatá-lo em curso de nível superior. Assim, na primeira turma do CIFO, ingressaram 60 ‘alunos’, Aspirantes-a-Oficial, exclusivamente do sexo masculino, sendo 40 do Estado do Pará, 15 do Amazonas e 5 do Piauí, divididos em dois pelotões denominados Alfa e Bravo, composto de 30 alunos cada um. Entretanto, concluíram o curso 59 aspirantes, Figura 2.

Figura 2: Quantitativo de alunos da Primeira Turma do CIFO - 1991/1992.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos registros da Divisão de Ensino da APM.

Esses 59 Aspirantes-a-Oficial, tinham vivenciado as mais diversas experiências, ainda na condição de Oficiais R2, em diferentes localidades do Pará, do Brasil ou do exterior. Uns haviam deixado o Exército ainda como Aspirantes, outros na condição de 2º Tenente e outros tinham chegado ao posto de 1º Tenente. Essa diversidade de experiências lhes possibilitava sinais distintos de adaptação àquele estilo de vida, gerado pelo *habitus*. Estavam imbuídos da compreensão e da capacidade adaptativa da vida na caserna.

Decorridos dezoito meses do curso, foi definida a data de 26 de junho de 1992 para a formatura da primeira turma do CIFO, que foi denominada de “Bicentenário de Tiradentes”, em alusão ao mártir da Inconfidência Mineira e patrono das Polícias Cíveis e Militares. A solenidade militar contou com a presença do governador do Estado do Pará e paraninfo da turma Jader Barbalho, acompanhado da madrinha do Curso, a primeira-dama, Elcione Barbalho.

A instalação da APM Coronel Fontoura e a conclusão daquele 1º CIFO era resultado da junção de muitos esforços, planejamentos e investimentos ao longo do tempo. Alguns ex-comandantes da PMPA, como o Coronel Francisco Machado (1983-1987), o Coronel Ailton Guimarães

(1987-1989) e o Coronel Raimundo Nonato (1989 a 1991) demonstraram o objetivo de implantá-los. Todavia, havia sido uma conquista da gestão do Coronel Cleto José Bastos da Fonseca.

6.2 A SEGUNDA TURMA DO CURSO INTENSIVO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

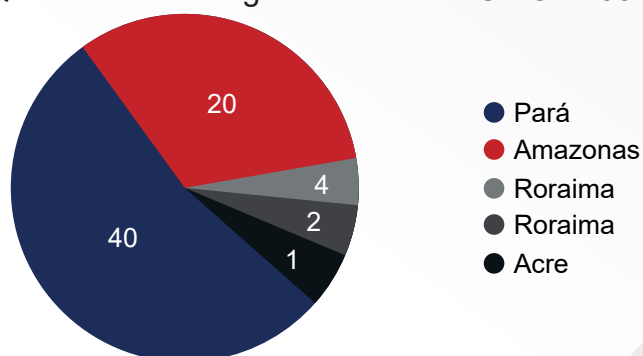
Em 1992, quando a primeira turma estava próxima de concluir o CIFO, houve um novo concurso para a Academia Coronel Fontoura, ocasião em que se deu concomitantemente à entrada das 2ª e 3ª turmas. A segunda turma também era exclusivamente masculina, composta de oficiais da reserva não remunerada, oriundos dos Estados do Amazonas, Acre, Roraima, Maranhão e Pará.

Tal como no primeiro CIFO, foi programada uma formação intensiva, repetindo-se a mesma duração de dezoito meses. Havia, entretanto, nesse segundo CIFO algo diferenciado, sem precedente na PMPA. Tratava-se da abertura de vagas para candidatos provenientes da oficialidade da "Marinha Mercante", os quais se somariam aos alunos oficiais R2 do EB. Os Oficiais Mercantes eram reconhecidos na forma da legislação, por meio da Carta-Patente¹⁹ como oficiais no posto de 2º Tenentes da reserva não remunerada da Marinha do Brasil. A Carta-Patente era, portanto, o documento que lhes dava a prerrogativa de se candidatarem ao segundo CIFO.

Foi gigante o desafio de adaptação desses Oficiais Mercantes, pois o aprendizado para o exercício profissional na Marinha incluía gestão náutica, praticagem, farolagem, balizamento, sinalizações costeiras, cálculos da posição do navio, carta náutica, carregamento e descarregamento, atracação e desatracação, motores, caldeiras, sistema elétrico, bombas, tanques de água etc. Estes conhecimentos diferiam significativamente do que passariam a assimilar para a operacionalidade terrestre e urbana da atuação policial militar. Tratava-se de uma situação realmente diferenciada existente na segunda turma CIFO, e que ao longo dos anos de existência da APM Cel Fontoura não houve registros do aproveitamento de outros oficiais da Marinha Mercante.

Na formatura do segundo CIFO, a turma homenageou a memória do Coronel Sotero de Menezes²⁰, da qual concluíram 67 Aspirantes a Oficiais, representantes de cinco estados da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Roraima, Maranhão e Pará, Figura 3.

Figura 3: Quantitativo da segunda turma do CIFO - 1992/1993.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos registros da Divisão de Ensino da APM.

¹⁹ Na linguagem militar, Carta Patente, trata-se de um documento individual, para cada oficial das Forças Armadas, no qual são definidos a sua situação hierárquica e o corpo ou quadro a que pertence, a fim de fazer prova dos direitos e deveres assegurados por lei ao possuidor. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/295529/carta-patente>.

²⁰ Comandante-Chefe do Corpo Militar de Polícia do Pará (1887-1900).

Na cerimônia de formatura, como de praxe nos cursos militares, são apresentados os resultados classificatórios dos concluintes que alcançaram melhor desempenho durante o curso, tornando-os reconhecidos com distinção por sua dedicação aos estudos. No Pará, o primeiro colocado é condecorado com a medalha "General Ferreira Coelho", outorgada pelo Governador do Estado em reconhecimento ao esforço e dedicação ao estudo, em cuja insígnia consta de uma Rosa Heráldica.

O formando que obteve o primeiro lugar na classificação geral da primeira turma do CIFO (1992) foi o 2º Tenente Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto e na segunda turma do CIFO (1993), foi o 2º Tenente José Dilson Melo de Souza Júnior, ambos do Pará.

Depois dos dois cursos intensivos (1991 e 1992), as turmas subsequentes apresentaram mudanças na execução de suas formações. As modificações foram implementadas na primeira turma do Curso de Formação de Oficiais, que iniciou quando as duas turmas do CIFO ainda estavam em andamento. Por ser o primeiro curso regular da APM Cel Fontoura, com duração de três anos, composto por alunos homens e mulheres exclusivamente do mundo civil, passou a ser denominada a "Pioneira da Amazônia". Por sua vez, seus alunos passariam a ser chamados de "cadetes", diferindo das duas primeiras turmas de oficiais R2, que realizavam o curso na condição de "aspirantes".

Desse modo, no espaço físico da Academia de Polícia Militar Coronel Fontoura, naqueles primeiros anos de sua criação, chegaram a coexistir três turmas diferenciadas em sua dinâmica: a turma do primeiro CIFO, composta somente de oficiais da reserva do Exército, considerada hierarquicamente como a mais antiga; a turma do segundo CIFO, de natureza híbrida, composta de oficiais da reserva do EB e da reserva da Marinha do Brasil, como a segunda mais antiga; e a terceira turma, considerada a mais moderna, entretanto, reconhecida como "Pioneira da Amazônia".

Naquela terceira turma do CFO - 1992/1994, ingressaram 96 cadetes, dentre os quais, 10 eram mulheres. Contudo, por diversas variáveis, inclusive por dificuldade de adaptação à condição policial militar e internalização comportamental, constam nas fontes pesquisadas a desistência de 46 alunos. Assim, ao final do curso, eram 50 formandos representantes dos Estados do Pará, Amazonas, Amapá e Maranhão. Desse quantitativo restante, permaneciam as dez mulheres, sendo todas do Estado do Pará. A formatura dos Aspirantes da turma "Pioneira da Amazônia" foi realizada no dia 12 de dezembro de 1994, homenageando solenemente o Patrono da PMPA, o Coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, que empresta seu nome à Academia.

A partir da turma pioneira do curso regular da Academia Coronel Fontoura em 1992, a PMPA não mais solicitou vagas para realização de CFO às unidades coirmãs brasileiras. Todavia, a APM "Coronel Fontoura" optou por continuar ofertando vagas e recebendo os candidatos dos demais Estados da Amazônia Legal, conforme a sua proposição inicial em ser reconhecida como "Universidade da Segurança Pública da Amazônia".

Dentro do recorte temporal investigado na tese desta autora (2018), os registros são de 17 turmas do CFO, desde a criação da APM, no período de 1991 a 2015. Ressalte-se que as duas primeiras realizaram o curso intensivo – CIFO (18 meses) e as 15 turmas seguintes do CFO, em período regular (três anos). Embora o ano de 2015 exceda o recorte temporal da pesquisa (2014), encontra-se aqui mencionado pelo fato da 17ª turma do CFO ter sido iniciada em 2012 e concluída em 2015, Tabela 2.

Tabela 2: Nomes das turmas dos cursos da Academia de Polícia Militar Coronel Fontoura (CIFO e CFO).

Turmas	Nomes	Período	Nº Alunos
1º CIFO	Bi-Centenário Tiradentes	1991/1992	60
2º CIFO	Cel. PM José Sotero de Menezes	1992/1993	67
1º CFO (3ª Turma)	Cel. PM Antônio S. D. Vieira da Fontoura "A Pioneira da Amazônia"	1992/1994	50
4ª	Inconfidência Mineira	1993/1995	37
5ª	Cabanagem	1994/1996	83
6ª	Desembargador Orlando Dias de Oliveira	1996/1998	91
7ª	General Ferreira Coelho	1997/1999	49
8ª	Coronel PM Magela	1998/2000	58
9ª	Coronel PM Calandrini	1999/2001	69
10ª	Cel. PM Raimundo Daniel Nogueira Lima	2000/2002	59
11ª	Prof. Ivanildo Ferreira Alves	2001/2003	51
12ª	Cel. PM Edson Nestor Ferreira da Silva	2002/2005	57
13ª	Cel. PM Osmar V. Costa Júnior	2006/2008	93
14ª	Cap. PM Marcelo A. Ferreira de Oliveira ²¹	2008/2010	67
15ª	Ten. Cel. PM Mário Muniz Marques Filho	2010/2013	40
16ª	Cel. PM Carlos Emílio de S. Ferreira	2011/2014	44
17ª	Gustavo Henrique Cardoso Baia (in memoriam) ²²	2012/2015	30

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos registros da Divisão de Ensino da APM.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a formação do oficialato que surgia àquela época, vislumbrou-se uma formatação híbrida, em cuja a grade curricular havia possibilidade em associar disciplinas acadêmicas amalgamadas no ensino humanístico, jurídico, econômico-social, estatístico e, concomitantemente, os conhecimentos da instância militar e apresentava disciplinas comuns a outros cursos ministrados em faculdades civis

²¹ A 14ª turma do CFO escolheu homenagear o nome do capitão Marcelo Augusto Ferreira de Oliveira, *in memoriam* foi morto em serviço em ocorrência de assalto bancário em 15 de fevereiro de 2008, quando comandava a 13ª Companhia Independente de Polícia Militar de Uruará, município localizado no sudeste paraense.

²² A escolha do nome da 17ª turma, constituiu-se de modo "excepcional". "Gustavo Henrique Cardoso Baia", *in memoriam*. Era filho do Cadete da Polícia Militar do Amapá, Fábio Roni Vilhena Baia e de Marliane da Silva Cardoso Baia. A criança faleceu precocemente, aos quatro anos, vítima de doença pulmonar, no período em que seu pai realizava o CFO. Dada à forte comoção pelo falecimento da criança, os cadetes da 17ª turma da APM Cel. Fontoura, composta exclusivamente de cadetes do Amapá, pelo regime de convênio com a PMPA, resolveu homenageá-lo, em solidariedade à família.

e com carga horária equivalente. Nota-se que a inserção ou ajuste de carga horária das disciplinas era um fator relevante. Porém, isso não bastaria para atender às especificidades da formação profissional policial militar, visto ser bastante diferenciada das demais, pois as características do ensino-aprendizagem numa academia policial militar, em geral, diferem dos métodos de ensino adotados nas faculdades públicas e/ou civis, pela exigência da modelagem comportamental e da constituição do *habitus*.

Destaca-se ainda que, no processo de formação policial militar, se faz imperiosa a internalização de conteúdos teóricos/práticos, do condicionamento e a modelagem dos comportamentos sociais escolares, os quais são observados, nas diversas manifestações cotidianas: na apresentação pessoal, nas formas de cumprimento, no trajar-se, deslocar-se, ao entrar ou ao sair do recinto, na classificação do pelotão, na responsabilidade com seus objetos, no relacionamento com os pares, superiores e subordinados, nas inspeções, treinamentos, solenidades, "parádões", reuniões, designação de "missão", participação em eventos externos à Academia, liderança, comandamento, organização, disciplina, planejamento, hierarquia, ordem etc. Isso se traduzia na compreensão do *ethos* militar, da estrutura interna militar que define explicitamente quem comanda e quem obedece, entre os seus diferentes níveis, conforme as bases doutrinárias originadas do modelo de educação militar.

Depois, para se consolidar a internalização do ensino, a instrução policial militar reveste-se de todos os recursos: conhecimentos, habilidades, treinamentos e, controle, o que geralmente se realizava de modo rígido, com pouca flexibilidade e reflexão, visando à manutenção da cultura militar, a priori, herdada do Exército Brasileiro, e que se reproduziria por meio da obediência à hierarquia e à disciplina, com sua notória função didático-andragógica, determinando aos seus integrantes (mulheres e homens adultos), a obrigação do enquadramento e de outros tantos aprendizados que se revelam como múltiplos desafios advindos da profissão policial militar escolhida.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. 2 ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRASIL. **Lei Federal nº. 192 de 17 de janeiro de 1936**. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército. 1936.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969**. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providência. 1969.

DIAS, Gilberto. **A gestão da produção de segurança pública e a formação do oficial policial militar**: o caso da Polícia Militar de Santa Catarina. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LEITE, Maurea Mendes. **Origens sociais e trajetórias profissionais das primeiras mulheres policiais pertencentes ao círculo de oficiais da Polícia Militar do Pará**. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MACHADO, Francisco Ribeiro. **Manual do Policial Militar**. Obra adotada através da Portaria nº. 003/1989-PM/3, transcrita no Boletim Geral da PMPA nº. 172, 18 set., 1989. 2. ed. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1992.

MACHADO, Francisco Ribeiro. **Visão Histórica da Polícia Militar do Pará**: pesquisa e compilação. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

MENEZES, José Pantoja. **O Corpo de Bombeiros Militar do Pará**. 2. ed. Belém, 2007.

MORAES REGO, Orlando Luciano Martins. **Retrospectiva histórica da Polícia Militar do Estado do Pará**: 1822-1930. Belém: Falangola, 1981.

PARÁ. **Decreto nº. 2.030, de 15 de dezembro de 1981**. Cria na Polícia Militar do Pará o Pelotão de Polícia Feminina e dá outras providências, 1981.

PARÁ. **Decreto nº. 3.574, de 25 de setembro de 1940**. Definiu Fontoura como Patrono da Polícia Militar do Pará, 1940.

PARÁ. **Decreto-Lei nº. 3.257, de 24 de abril de 1939**. Institui o Curso de Formação de Oficiais, 1939.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará - Primeiros Estudos**. Estudo de Geografia Urbana. Belém: Edufpa, 1968.

PINSKY, Jaime (Org.). **O Brasil no contexto**: 1987-2017. São Paulo: Contexto, 2017.

PMPA-Polícia Militar do Pará. **Decreto nº. 071, de 21 de fevereiro de 1991**. Oficiais R2 admitidos no quadro de oficiais policiais militares da PMPA como Aspirantes a Oficial. Belém, 1991.

VALE, Jesiane Calderaro Costa. **Da Academia de Polícia Militar ao IESP**: a Formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988-2014). Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.